

INFORMATIVO TRT2

Atos normativos da semana



N. 45

Período: 14 a 18 nov. 2022



Portaria n. 46/GP, de 10 de novembro de 2022

Altera a Portaria n. 36/GP, de 10 de outubro de 2022, para designar o Juiz Auxiliar da Presidência para atuar no Juízo Auxiliar de Conciliação de precatórios, na forma que especifica.

Portaria n. 47/GP, de 16 de novembro de 2022

Homologa o resultado da eleição do Comitê Gestor Regional para Implantação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição e do Comitê Orçamentário de 1º Grau para o biênio 2022-2024 e noticia sua composição.

Portaria n. 16/CR, de 10 de novembro de 2022

Determina a extinção da reunião temporária de execuções em face da empresa Indústria Gráfica Gasparini S.A. (CNPJ 61.065.132/0001-96).

Portaria n. 30/DGA, de 17 de novembro de 2022

Altera as portarias de designação de fiscalização dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Portaria n. 31/DGA, de 17 de novembro de 2022

Altera as portarias de designação de fiscalização dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Órgãos de interesse

TST

Resolução Administrativa n. 2392, de 7 de novembro de 2022

Referenda o Ato n. 614/GDGSET. GP, de 13 de outubro de 2022, que altera dispositivos da

Ato Conjunto n. 87/CSJT. CGJT, de 15 de novembro de 2022

Suspende, até segunda ordem, no âmbito do Projeto Garimpo, a emissão de alvarás por meio do Sistema de Interoperabilidade

Portaria n. 390/CNJ, de 7 de novembro de 2022

Altera a Portaria n. 5/CNJ, de 15 de janeiro de 2016, que cria o Comitê Nacional Judicial de Enfrentamento à Exploração do Trabalho em Condição Análoga à

Resolução Administrativa n. 1724, de 2 de fevereiro de 2015, que regulamenta a convocação de magistrados para auxílio à Presidência e Vice-Presidência do Tribunal Superior do Trabalho, à Presidência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e à Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho.

[Ato n. 36/GCGJT, de 11 de novembro de 2022](#)
Retifica a data da nova versão da Tabela Processual Unificada de Movimentos e divulga nova Tabela de Complementos com acréscimos da Justiça do Trabalho.

[Ato n. 698/TST.GP, de 14 de novembro de 2022](#)
Recomenda aos magistrados, servidores, trabalhadores terceirizados e prestadores de serviço, bem como ao público externo, o uso de máscara de proteção facial no ambiente interno do Tribunal Superior do Trabalho.

[Ordem de Serviço n. 1/TST, de 16 de novembro de 2022](#)
Dispõe sobre a padronização, no âmbito dos órgãos judicantes do Tribunal Superior do Trabalho, do texto para o registro da participação de advogado na sessão

Financeira (SIF) e do Sistema de Controle de Depósitos Judiciais (SISCONDJ).

[Resolução n. 351/CSJT, de 21 de outubro de 2022](#)
Altera a Resolução n. 311/CSJT, de 24 de setembro de 2021, que institui o Sistema de Auditoria Interna da Justiça do Trabalho (Siaud-JT).

[Ato Conjunto n. 85/TST. CSJT.GP, de 11 de novembro de 2022](#)
Institui o Grupo de Trabalho em Estudos de Gênero, Raça e Equidade, com o objetivo de propor políticas e programas institucionais voltados à promoção da equidade e ao enfrentamento das discriminações no âmbito da Justiça do Trabalho.

STJ

[Súmula n. 655/STJ \[Disponibilizada no DJe de 14 de novembro de 2022\]](#)
Aplica-se à união estável contraída por septuagenário o regime da separação obrigatória de bens, comunicando-se os adquiridos na constância, quando comprovado o esforço comum.

[Súmula n. 656/STJ \[Disponibilizada no DJe de 14 de novembro de 2022\]](#)
É válida a cláusula de prorrogação automática de fiança na renovação do

de Escravo e ao Tráfico de Pessoas.

[Resolução n. 480/CNJ, de 16 de novembro de 2022](#)
Restabelece os efeitos da Resolução n. 182/CNJ, de 17 de outubro de 2013, que dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça; altera e determina a republicação da Resolução n. 468/CNJ, de 15 de julho de 2022, que dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça, e dá outras providências.

[Portaria n. 61/CNJ, de 17 de novembro de 2022](#)
Recomenda o uso de máscara de proteção facial no ambiente interno do Conselho Nacional de Justiça, além da observância às medidas de prevenção ao contágio pela Covid-19.

STF

[Portaria n. 338/STF, de 17 de novembro de 2022](#)

virtual, na forma do § 2º-A do art. 134 do Regimento Interno do Tribunal.

[Ato n. 37/GCGJT, de 17 de novembro de 2022](#)

Revoga o § 2º do art. 3º da Recomendação n. 2/GCGJT, de 24 de outubro de 2022, que recomenda aos Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho que orientem o retorno presencial às unidades judiciárias de 1º e de 2º graus, em vista do encerramento do estado de emergência em saúde pública de importância nacional.

CSJT

[Ato Conjunto n. 79/TST. CSJT. GP, de 10 de novembro de 2022](#)

Atualiza os membros da Comissão Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista (CNEET).

contrato principal. A exoneração do fiador depende da notificação prevista no art. 835 do Código Civil.

CNJ

[Recomendação n. 138/CNJ, de 3 de novembro de 2022](#)

Recomenda aos tribunais, salvo ao Supremo Tribunal Federal, que adequem seus atos normativos, para que, observado o disposto no art. 4º, caput e § 2º, da Resolução n. 354/CNJ, de 19 de novembro de 2020, a distribuição de cartas precatórias nos feitos de atuação da Defensoria Pública seja realizada diretamente pelo juízo deprecante ao juízo deprecado.

Recomenda, até o próximo dia 19 de dezembro, nas dependências do Supremo Tribunal Federal, o uso de máscara de proteção facial, além da observância às medidas de prevenção ao contágio pela covid-19, tais como distanciamento social, respeito à lotação indicada para uso dos elevadores e utilização de álcool 70%.

Congresso Nacional

[Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional n. 79, de 2022](#)

Prorroga a vigência da Medida Provisória n. 1.138, de 21 de setembro de 2022, que dispõe sobre a alíquota do imposto sobre a renda retido na fonte incidente sobre as operações a que se refere.

Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Edifício Sede - Rua da Consolação n. 1272 - 2º andar
CEP 01302-906 - São Paulo - SP
Tel: (11) 3150-2359

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental

